

PROVA OBJETIVA

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura _____

PROVA TIPO 2 (CAPA BRANCA)

MARQUE O TIPO DE PROVA ACIMA NO SEU CARTÃO RESPOSTA.
MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO
CARTÃO RESPOSTA, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO
CANDIDATO, IMPLICANDO NA SUA **ELIMINAÇÃO**.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das respostas das questões.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA** que você recebeu. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA** deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
11. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, e de outras constantes na Resolução COMDAC Nº 07, de 13 de março de 2023, e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

QUESTÕES OBJETIVAS

- 01** A criança autora de ato infracional não está sujeita a medidas socioeducativas, mas somente a
- (A) advertência escrita.
 - (B) privação de liberdade.
 - (C) medidas de proteção.
 - (D) encarceramento voluntário.
- 02** O artigo 14 do ECA define que a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias é
- (A) opcional.
 - (B) obrigatória.
 - (C) obrigatória somente aos maiores de 12 anos.
 - (D) opcional para crianças de 0 a 5 anos.
- 03** O Estatuto da Criança e do Adolescente evidencia a necessidade de articulação entre os setores de educação e saúde, para que as ações de saúde sejam executadas no âmbito das escolas, em uma perspectiva eminentemente
- (A) farmacológica.
 - (B) midiática.
 - (C) curativa.
 - (D) preventiva.
- 04** O artigo 13 do ECA determina que as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à (ao)
- (A) Justiça da Infância e da Juventude
 - (B) Conselho Tutelar.
 - (C) Posto de Saúde.
 - (D) Conselho da Criança e do Adolescente.
- 05** O Estatuto da Criança e do Adolescente vem, em resposta à nova orientação constitucional e à normativa internacional relativa à matéria, explicitando, desde logo, que seu objetivo fundamental é
- (A) descriminalizar atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes.
 - (B) elaborar diretrizes comportamentais para reintegração de crianças e adolescentes na sociedade.
 - (C) proteger a sociedade de crianças e adolescentes que já estejam inseridos precocemente no mundo do crime.
 - (D) proteger integralmente as crianças e os adolescentes.
- 06** O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com artigo 12 da Lei Municipal nº 9.115/2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, fica vinculado administrativa e operacionalmente à (ao)
- (A) Prefeitura Municipal.
 - (B) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (C) Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA.
 - (D) Conselho Tutelar.

07 O titular da gestão do Fundo Municipal deverá submeter o plano de aplicação dos recursos disponíveis, em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária do Município, ao

- (A) Conselho Tutelar.
- (B) Ministério Público.
- (C) Tribunal de Contas do Município.
- (D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDAC.

08 Os órgãos permanentes e autônomos encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente como definidos em lei federal são os (as)

- (A) conselhos tutelares.
- (B) delegacias de atendimento ao adolescente.
- (C) abrigos comunitários.
- (D) delegacias operacionais.

09 Na organização dos conselhos tutelares, o conselheiro titular não poderá participar do processo de escolha subsequente, se estiver no exercício do cargo por período consecutivo superior a

- (A) um mandato.
- (B) dois mandatos.
- (C) dois mandatos e meio.
- (D) um mandato e meio.

10 O Poder Executivo implantará, no mínimo, 1 (um) conselho tutelar

- (A) em cada município.
- (B) em cada distrito administrativo.
- (C) em cada estado.
- (D) em cada bairro.

11 O processo de escolha dos membros dos conselhos tutelares será estabelecido em resolução do COMDAC e será fiscalizado pela(o)

- (A) Polícia Civil.
- (B) Polícia Federal.
- (C) Ministério Público.
- (D) Defensoria Pública Estadual.

12 São elegíveis para a função pública de conselheiro tutelar, inclusive quando suplentes, quaisquer cidadãos cujo registro de candidatura tenha sido deferido pelo

- (A) Ministério Público.
- (B) Poder Executivo Estadual.
- (C) Poder Executivo Municipal.
- (D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13 A idade mínima para que o cidadão se candidate ao conselho tutelar é igual ou superior a

- (A) 21 (vinte e um) anos na data da inscrição de candidatura.
- (B) 25 (vinte e cinco) anos na data da inscrição de candidatura.
- (C) 25 (vinte e cinco) anos na data da posse.
- (D) 21 (vinte e um) anos na data da posse.

14 O artigo 26 da Lei Municipal nº 9.115/2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, define que os conselhos tutelares funcionarão ininterruptamente, inclusive nos finais de semana e feriados, sendo a referida jornada de trabalho, as escalas de serviço e as folgas compensatórias definidas

- (A) no contrato de trabalho do funcionário.
- (B) no Regimento Interno do Conselho.
- (C) em Instrução Normativa do COMDAC.
- (D) na Lei Orgânica do Município.

15 De acordo com o artigo 8º da Lei Municipal nº 9.115/2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto por

- (A) sete membros.
- (B) dez membros.
- (C) cinco membros.
- (D) doze membros.

16 A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será

- (A) gratuita e constitui serviço público relevante.
- (B) remunerada e constitui serviço público relevante.
- (C) gratuita e constitui serviço privado em ONG.
- (D) remunerada, com ajuste anual baseado no valor do salário mínimo.

17 Para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, o Município poderá celebrar convênios

- (A) exclusivos com entidades do poder público.
- (B) com instituições religiosas legalmente constituídas.
- (C) com instituições religiosas, independentemente de sua condição legal.
- (D) com instituições religiosas, desde que cristãs, legalmente constituídas.

18 Os programas e serviços criados pelo Município para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente são considerados como de

- (A) reclassificação escolar.
- (B) proteção ou socioeducativo.
- (C) recondução ao mercado de trabalho.
- (D) privação de liberdade.

19 A cada período de doze meses de efetivo exercício da função, o conselheiro tutelar fará jus a férias de

- (A) trinta dias úteis.
- (B) sessenta dias corridos.
- (C) vinte e cinco dias úteis.
- (D) quinze dias corridos.

20 Em consonância com o artigo 9º da Lei Municipal nº 9.115/2015, a formulação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução de ações, bem como para a captação e aplicação de recursos necessários a sua realização, compete à (ao)

- (A) Prefeitura Municipal.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Câmara de Vereadores do Município.
- (D) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- 21** As entidades não-governamentais com representação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão escolhidas em assembleia geral convocada pelo(a)
- (A) Prefeito Municipal.
 - (B) sociedade civil.
 - (C) Ministério Público.
 - (D) representação legal dos conselhos tutelares.
- 22** O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade nos conselhos tutelares é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante
- (A) sindicância ou processo administrativo disciplinar.
 - (B) publicação da denúncia no Diário Oficial da União.
 - (C) intervenção direta do poder público municipal na apuração dos fatos.
 - (D) exoneração imediata dos envolvidos na conduta delituosa.
- 23** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis da política de atendimento desse segmento da população, observada a composição partidária de seus membros, nos termos da legislação
- (A) municipal.
 - (B) distrital.
 - (C) estadual.
 - (D) federal.
- 24** O Município poderá criar os programas e serviços referentes à política e a programas de assistência social em caráter supletivo para aqueles que dela necessitem, bem como serviços especiais nos termos do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mas para tal, a condição é
- (A) a aprovação das ações da Câmara de Vereadores Municipais.
 - (B) ouvir o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - (C) criar projeto de lei específico.
 - (D) a anuência dos conselhos tutelares.
- 25** De acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 9.115/2015, constituem órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente
- (A) as delegacias especializadas e as escolas da rede de ensino pública e privada.
 - (B) o Conselho Municipal de Educação e os conselhos tutelares.
 - (C) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os conselhos tutelares.
 - (D) os espaços institucionais de cumprimento de medida socioeducativa e os conselhos tutelares.
- 26** De acordo com o artigo 3º do ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, sendo-lhes asseguradas todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. O presente dispositivo traz uma importante inovação em relação à sistemática anterior ao ECA,
- (A) a partir do momento em que trata esse segmento da população como objeto da intervenção estatal em caso de cometimento de ato infracional.
 - (B) na medida em que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.
 - (C) por ser um marco normativo que define todas as penas a adolescente que viola a Lei penal.
 - (D) na medida em que reconhece o adolescente como indivíduo que possui autonomia suficiente para dar conta das suas próprias demandas.

27 Considera o ECA que a simples suspeita de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante ou maus-tratos já torna a comunicação obrigatória e que a omissão da comunicação importa na prática de

- (A) infração administrativa.
- (B) advertência verbal.
- (C) ação penal pública.
- (D) danos morais.

28 O artigo 4º do ECA define que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a proteção à criança e ao adolescente por meio da efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Referida conduta deve ocorrer

- (A) em regime de colaboração entre os entes federados, na qual o dever do Poder Público seja priorizado.
- (B) a partir de uma ação conjunta e articulada entre família, sociedade/comunidade e Poder Público.
- (C) com exclusiva interferência e ação da família e do exercício legal do pátrio poder.
- (D) a partir de ação conjunta entre escola e segurança pública, para promover a educação integral e em tempo integral de crianças e adolescentes.

29 Conforme determinação do artigo 19 do ECA, serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de

- (A) 30 (trinta) dias, contados a partir do dia do nascimento.
- (B) 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia do acolhimento.
- (C) 30 (trinta) dias, contados a partir do dia do acolhimento.
- (D) 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia do nascimento.

30 Os critérios para participar na condição de padrinhos ou madrinhas em programas de apadrinhamento de criança e adolescente são os seguintes:

- (A) ser pessoa maior de 21 (vinte e um) anos e cumprir os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
- (B) ser pessoa maior de 18 (dezoito) anos e cumprir os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
- (C) ser pessoa maior de 21 (vinte e um) anos e não estar inscrita nos cadastros de adoção.
- (D) ser pessoa maior de 18 (dezoito) anos e estar casado ou vivendo em união estável há mais de um ano.

31 Em consonância com o artigo 21 do ECA, o poder familiar será exercido

- (A) com autoridade predominante pelo familiar com maior escolaridade.
- (B) em predominância de autoridade pelo parente com a conduta mais ilibada.
- (C) em igualdade de condições pelo pai, mãe e irmãos maiores de 21 anos.
- (D) em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.

32 A família formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, de acordo com o ECA, denomina-se

- (A) extensa.
- (B) tradicional.
- (C) natural.
- (D) sanguínea.

- 33** Determinado pelo ECA em seu artigo 27, o reconhecimento do estado de filiação que tem como titulares a criança e o adolescente é
- (A) direito personalíssimo.
 - (B) justiça social.
 - (C) direito humano fundamental.
 - (D) direito objetivo.
- 34** De acordo com o ECA, em seu artigo 28, a colocação da criança ou do adolescente em família substituta, independentemente da sua situação jurídica, far-se-á mediante
- (A) guarda, tutela ou adoção, levando-se em conta na apreciação do pedido somente o grau de parentesco.
 - (B) tutela e curatela, levando-se em conta na apreciação do pedido somente o grau de afinidade.
 - (C) guarda, tutela ou adoção, levando-se em conta na apreciação do pedido o grau de parentesco e a relação de afinidade.
 - (D) guarda, curatela e interdição, levando-se em conta na apreciação do pedido somente o grau de parentesco e afinidade.
- 35** Disposta no artigo 33 do ECA, a guarda obriga o guardião à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente,
- (A) emancipando ambos.
 - (B) conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
 - (C) conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais.
 - (D) mas não os vincula ao detentor na condição de dependente para efeitos de direito.
- 36** Sobre o acolhimento, na forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, é correto afirmar o seguinte:
- (A) a inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência a seu acolhimento familiar.
 - (B) para que ocorra qualquer tipo de acolhimento, não há necessidade de se pressupor a colocação da criança ou adolescente sob a guarda da pessoa ou casal cadastrado nos referidos programas.
 - (C) a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional.
 - (D) a pessoa ou o casal cadastrado em programa de acolhimento familiar poderá receber a criança ou o adolescente diretamente da entidade responsável pela sua execução, independentemente de ter a sua guarda.
- 37** A medida excepcional e irrevogável à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do artigo 25 do ECA, denomina-se
- (A) intervenção.
 - (B) tutela.
 - (C) curatela.
 - (D) adoção.
- 38** A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos
- (A) de origem de filiação.
 - (B) matrimoniais.
 - (C) previdenciários.
 - (D) fraternais.

39 O estabelecimento de uma diferença mínima de idade entre adotante e adotando visa a assegurar à família adotiva uma composição etária similar à de uma família biológica, segundo o tradicional conceito de que a adoção procura imitar a natureza. Nesse sentido, determina o ECA que o adotante há de ser mais velho do que o adotando, pelo menos,

- (A) dezesseis anos.
- (B) dezoito anos.
- (C) dez anos.
- (D) vinte anos.

40 Podem adotar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, maiores de

- (A) 18 (dezoito) anos, casados ou em união estável declarada em cartório.
- (B) 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.
- (C) 21 (vinte e um) anos, casados ou em união estável declarada em cartório.
- (D) 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

41 Salvo na condição de aprendiz, segundo o ECA, é proibido qualquer trabalho a menores de

- (A) dezesseis anos.
- (B) quatorze anos.
- (C) dezoito anos.
- (D) quinze anos.

42 Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, esgotados os recursos escolares, deverão comunicar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar à (ao)

- (A) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- (B) Conselho Tutelar.
- (C) Secretaria Municipal de Educação.
- (D) Conselho Municipal de Educação.

43 Pela definição do ECA, a atividade laboral em cujas exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo denomina-se

- (A) trabalho formal.
- (B) trabalho remunerado.
- (C) trabalho educativo.
- (D) emprego informal.

44 O artigo 75 do ECA determina que toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados a

- (A) sua faixa etária.
- (B) seu grau de maturidade espiritual.
- (C) seu gosto específico.
- (D) seu desenvolvimento motor.

45 Pela definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança com idade inferior a 10 (dez) anos poderá ingressar no local de exibição ou apresentação,

- (A) somente se estiver com outras crianças que tenham pelo menos 12 anos.
- (B) somente se estiver devidamente acompanhada de seus pais biológicos.
- (C) somente se estiver devidamente acompanhada de seus pais ou responsável.
- (D) sozinha, desde que apresente seu Registro Geral original, sendo vedada cópia do referido documento.

46 Na aplicação das medidas específicas de proteção previstas no ECA, o princípio que garante que a promoção dos direitos e a proteção da criança e do adolescente devem ser efetuadas com respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada, denomina-se

- (A) privacidade.
- (B) prevalência da família.
- (C) publicidade.
- (D) oitiva obrigatória e participação.

47 Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o ECA, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência

- (A) da policial civil.
- (B) administrativa do Conselho Tutelar.
- (C) exclusiva da autoridade judiciária.
- (D) da sociedade civil.

48 De acordo com o ECA, toda conduta que a Lei (Penal) tipifica como crime ou contravenção, se praticada por criança ou adolescente, é tecnicamente denominada

- (A) medida socioeducativa.
- (B) ato infracional.
- (C) ato discricionário.
- (D) irregularidade administrativa.

49 Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos que cometem ato infracional, considerando a idade do adolescente à data

- (A) da sentença.
- (B) da soltura.
- (C) do fato.
- (D) da audiência.

50 O artigo 17 do ECA define que a garantia da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, denomina-se

- (A) direito ao respeito.
- (B) rede de proteção.
- (C) direito à intimidade.
- (D) protagonismo juvenil.